# IARIO OFICIA

Piracicaba, 23 de janeiro de 2015

## PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 16.006, DE 20 DE JANEIRO DE 2.015. Regulamenta a Lei nº 7.915/14 que "dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação no compartimento de carga das motocicletas das empresas que prestam serviços de entregas"

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei nº 7.915, de 02 de junho de 2014,

#### DECRETA

Art. 1º A Lei nº 7.915, de 02 de junho de 2014, fica regulamentada nos termos do presente Decreto

Art. 2º Sem prejuízo do atendimento das normas de segurança baixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, fica estabelecido modelo de identificação para o compartimento de carga de motocicletas utilizadas pelas empresas prestadoras de serviços de entrega de documentos, delivery de alimentos e mercadorias de pequeno porte.

Parágrafo único. O modelo de que trata o caput do presente artigo fica fazendo parte integrante do ANEXO ÚNICO deste Decreto e deve favorecer a visualização de sua identificação diurna e noturna.

Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes à fiscalização do cumprimento das normas contidas na Lei ora regulamentada, observados os regramentos constantes do Código de Trânsito Brasileiro e das resoluções emanadas do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.

§ 1º Os autos de infração deverão ser preenchidos conforme instruções já adotadas pelo órgão fiscalizador, sendo que das penalidades descritas na Lei nº 7.915/2014 caberá recurso dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação de autuação, o qual deverá ser apreciado:

I – em primeira instância: pelo Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

II – em segunda instância: pelo Prefeito Municipal

§ 2º A aplicação das penalidades administrativas de que trata este Decreto não exime o infrator de eventual responsabilização na esfera civil ou penal.

§ 3º Entende-se por reincidência para efeito de aplicação das normas da Lei nº 7.915/2014, a nova infração cometida dentro do período de 12 (doze) meses contados da autuação anterior.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 20 de janeiro de 2015.

**GABRIEL FERRATO DOS SANTOS** Prefeito Municipal

JORGE AKIRA KOBAYASKI Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

> MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

DECRETO Nº 16.007, DE 20 DE JANEIRO DE 2015. Regulamenta a Lei nº 7.977/14 que "dispõe sobre a proibição da comercialização de bebidas para crianças com forma de apresentação semelhante

à de bebidas alcoólicas no âmbito do Município"

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei nº 7.977, de 17 de setembro de 2014.

## **DECRETA**

Art. 1º A Lei nº 7.977, de 17 de setembro de 2014, fica regulamentada nos termos do presente Decreto.

Art. 2º Caberá ao Serviço Municipal de Defesa do Consumidor a fiscalização acerca do cumprimento da Lei ora regulamentada, observando para tanto o Procedimento Padrão estabelecido no Decreto nº 15.904, de 12 de novembro de 2014.

Art. 3º A não observância ao disposto na Lei ora regulamentada, pelo proprietário ou responsável pelo estabelecimento, acarretará ao infrator as seguintes sanções:

I – advertência:

II – multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para as pessoas físicas e microempreendedores individuais;

III – multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para as microempresas; IV - multa no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para as empresas de pequeno porte - EPP:

V – multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para as demais empresas não enquadradas nas modalidades empresariais descritas nos incisos anteriores, inclusive as sociedades anônimas

§ 1º As multas descritas nos incisos deste artigo serão dobradas a cada reincidência.

§ 2º O enquadramento, para fins de aplicação da penalidade estabelecida neste artigo, será de acordo com o faturamento estimado, segundo classi-

Art. 4º Em sendo criada nova categoria empresarial que não as contempladas neste Decreto, será tomado por base na aplicação da penalidade a que for mais próxima das acima mencionadas

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 20 de janeiro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

DECRETO Nº 16.008, DE 20 DE JANEIRO DE 2015. Regulamenta a Lei nº 8.011/14 que "institui a "Festa Junina da Paróquia Nossa Senhora Aparecida", realizada pela Comunidade do loteamento Vila Prudente, no Calendário Oficial de Eventos do Município"

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Lei nº 8.011, de 08 de outubro de 2014.

## D ECRETA

Art. 1º A Lei nº 8.011, de 08 de outubro de 2014, fica regulamentada nos termos do presente Decreto.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Turismo poderá prestar auxílio técnico na realização da Festa Junina da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, através da permissão de uso de materiais e equipamentos e de divulgação da referida festa, desde que solicitado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de sua realização e desde que haja previsão orçamentária e disponibilidade financeira para tanto.

§ 1º A Secretaria Municipal de Turismo poderá contar com o Centro de Comunicação Social, da Prefeitura de Piracicaba, para confecção dos materiais de divulgação do evento.

§ 2º O auxílio técnico a ser prestado não poderá se enquadrar nas vedações descritas no inciso I do art. 19 da Constituição Federal de 1.988.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 20 de janeiro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

ROSEMEIRE CALIXTO MASSARUTTO DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Turismo

> MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

DECRETO Nº 16.009 DE 21 DE JANEIRO DE 2015. Regulamenta a Lei nº 8.010/14 que "inclui no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Piracicaba a "Maratona de Revezamento de Piracicaba -42K" e dá outras providências"

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, da Lei nº 8.010, de 08 de outubro de 2014.

## **DECRET A**

Art. 1º A Lei nº 8.010, de 08 de outubro de 2014, fica regulamentada nos termos do presente Decreto.

Art. 2º A "Maratona de Revezamento de Piracicaba - 42K" deverá ser organizada sempre contando com a orientação da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, através de seu Setor de Eventos Esportivos, o qual fará a articulação logística necessária com as demais secretarias e órgãos públicos municipais envolvidos, visando garantir o apoio necessário ao bom andamento do evento.

Art. 3º A data da corrida deverá ser definida no início do 2º semestre do ano em que antecede a realização da prova.

Art. 4º O traieto da corrida será definido de forma conjunta entre seus or ganizadores e as Secretarias Municipais de Esportes, Lazer e Atividades Motoras e de Trânsito e Transportes

Art. 5º Caso ocorra premiação em dinheiro esta deverá ser distribuída entre as primeiras colocações das mais diversas categorias (profissional, amador pessoas com deficiência, entre outras definidas pela organização do evento) e por gênero (masculino e feminino).

Parágrafo único. De acordo com os patrocínios recebidos e com as disponibilidades financeiras e orcamentárias da Secretaria Municipal de Esportes. Lazer e Atividades Motoras deverão os organizadores do evento tentar garantir que a premiação se constitua, ao menos, na entrega de medalhas aos 03 (três) primeiros colocados de cada categoria e gênero e de troféus para as 03 (três) equipes melhor classificadas na pontuação geral



Local: Hemonúcleo de Piracicaba Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba

Av. Independência 953, B. Alto

Para doação é obrigatória a apresentação de documento de identificação com fotografia, emitido por órgão original, preferencialmente o R.G, e a informação do endereço completo, inclusive o CEP



INFORMAÇÕES: 3403.1066

3422.6170 3403.1321



Art. 6º Caberá à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras solucionar quaisquer impasses na definição e detalhamento da realização da "Maratona de Revezamento de Piracicaba - 42K"

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 21 de janeiro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

JOÃO FRANCISCO RODRIGUES DE GODOY Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - interino

> MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

DECRETO Nº 16.010, DE 21 DE JANEIRO DE 2015. Regulamenta dispositivos incluídos pela Lei nº 8.029/14 que "acrescenta o Capítulo III-A à Lei nº 6.943/10, que "dispõe sobre a consolidação da legislação sobre o tema Turismo do Município de Piracicaba", no que tange a inclusão de bancas de jornais e revistas como pontos de apoio ao turismo, à cultura e a circulação de informações gerais no Município"

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 49-C da Lei nº 6.943, de 09 de dezembro de 2.010, incluído através do art. 1º da Lei nº 8.029, de 21 de outubro de 2014.

Art. 1º Os dispositivos incluídos pela Lei nº 8.029, de 21 de outubro de 2014, ficam regulamentados nos termos do presente Decreto

Art. 2º As bancas de jornais e revistas que, nos termos da Lei ora regulamentada, desejarem atuar como pontos de informações de interesse público deverão se cadastrar junto às Secretarias Municipais de Turismo e da Ação Cultural.

Parágrafo único. Caberá às Secretarias mencionadas avaliar a pertinência do cadastramento devido à localização de cada banca e as informações que podem ser direcionadas a cada uma delas, de forma a evitar o desperdício de materiais de publicidade institucional em locais em que não haja demanda de público para as informações apresentadas.

Art. 3º Caberá às Secretarias Municipais de Turismo e da Ação Cultural estabelecer a quantidade de material publicitário institucional que será enviado para cada banca.

§ 1º A reposição do material deverá ser solicitada pelas bancas credenciadas, com antecedência de no mínimo 02 (dois) meses, prevendo a necessidade e o fluxo de distribuição de cada uma delas

§ 2º Caso as Secretarias tenham em estoque o material institucional poderão enviá-lo às bancas em até 05 (cinco) dias úteis, a contar do pedido de reposição, podendo, também, enviar os materiais novos editados mesmo sem a solicitação da bança cadastrada.

Art. 4º As Secretarias Municipais de Turismo e da Ação Cultural poderão contar com o Centro de Comunicação Social, da Prefeitura de Piracicaba, para confecção de seus materiais de divulgação institucional

Parágrafo único. A confecção de folder's, panfletos e todo tipo de publicidade institucional será feito conforme planejamento das ações de cada secretaria e de acordo com sua previsão orçamentária e disponibilidade financeira.

Art. 5º Todas as publicações terão veiculação gratuita, sendo que a cobrança por parte das bancas implicará em seu imediato descredenciamento e apuração, sem prejuízo das sanções cíveis e penais aplicáveis

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 21 de janeiro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

ROSEMEIRE CALIXTO MASSARUTTO DE OLIVEIRA Secretária Municipal de Turismo

ROSÂNGELA MARIA RIZZOLO CAMOLESE Secretária Municipal da Ação Cultural

> MAURO RONTANI Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

DECRETO Nº 16 011 DE 21 DE JANEIRO DE 2015 Regulamenta a Lei Complementar nº 332/14 que "acrescenta a Secão Única. ao Capítulo V, do Título II, da Lei Complementar nº 178/06, que "dispõe sobre a consolidação da legislação que disciplina o Código de Posturas do

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Lei Complementar nº 332, de 17 de novembro de 2014,

#### **DECRETA**

Município e dá outras providências"

Art. 1º A Lei Complementar nº 332, de 17 de novembro de 2014, fica regulamentada nos termos do presente Decreto.

Art. 2º Os estabelecimentos mencionados no art. 54-B ficam obrigados a fixar, em local visível, placas indicando a disponibilidade dos recipientes com álcool em gel para higiene das mãos, informando, inclusive, o número e a data da publicação da Lei Complementar nº 332/2014.

Parágrafo único. As placas informativas deverão conter as seguintes especificações:

I - metragem mínima de uma folha A4 (21 X 29,7 cm);

II – ser escrito com formato de letra Arial Black, tamanho de fonte 30 (trinta);

III - fonte de cor preta e fundo de cor branca

Art. 3º O álcool em gel a ser disponibilizado para uso gratuito da população em conformidade com a Lei Complementar ora regulamentada deverá ter registro na ANVISA e possuir todos os dizeres de rotulagem obrigatórios para o produto, estabelecidos pela legislação federal.

Parágrafo único. As embalagens originárias correspondentes aos produtos disponibilizados deverão estar acessíveis para eventual consulta do cliente

Art. 4º Caberá à Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde a fiscalização do cumprimento das normas contidas na Lei ora regulamentada, observados os regramentos constantes da legislação federal e estadual aplicáveis.

§ 1º Os autos de infração deverão ser preenchidos conforme instruções já adotadas pelo órgão fiscalizador, sendo que das penalidades descritas na Lei Complementar nº 332/2014 caberá recurso dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação de autuação, o qual deverá ser apreciado:

I – em primeira instância: pelo Secretário Municipal de Saúde; II - em segunda instância: pelo Prefeito Municipal.

§ 2º A aplicação das penalidades administrativas de que trata este Decreto não exime o infrator de eventual responsabilização na esfera civil ou penal

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 21 de janeiro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS Prefeito Municipal

PEDRO ANTONIO DE MELLO Secretário Municipal de Saúde

MAURO RONTANI

Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba

MARCELO MAGRO MAROUN Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## Notificação

A Prefeitura Municipal de Piracicaba, para dar prosseguimento ao Concurso Público e preenchimento das vagas constantes do Edital nº 01/2014, no emprego de Professor de Educação Infantil, NOTIFICA que fica(m) considerada(s) desistente(s) (as) candidata(s) abaixo relacionada(s), por não preencher(em) os requisitos do Capítulo X. item 10.1. (Deverão os candidatos aprovados submeter-se a exame médico...) 10.3 (Esta avaliação terá caráter eliminatório), e 12.4.3 (Aqueles que obtiverem a classificação de inapto serão considerados eliminados do presente concurso, sendo vedada a sua contratação), conforme segue

Classificação 136°

Ariene Amorim Fermino Braga

Piracicaba. 10 de abril de 2012

Luiz Antonio Balaminut Secretário Municipal de Administração

## NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba para dar prosseguimento ao Processo Seletivo, por prazo determinado e preenchimento de vagas do Edital nº 01/2013, no emprego de Professor Substituto de Educação Infantil, notifica que fica(m) caracterizada(s) a(s) desistência(s), por iniciativa própria de:

Classificação 3349

Nome: Caroline Cristina Tobias Muniz

Piracicaba, 21 de janeiro de 2015.

Luiz Antonio Balaminut Secretário Municipal de Administração

#### NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba para dar prosseguimento ao Concurso Público e preenchimento de vagas do Edital nº 02/2014, no emprego de Professor de Educação Física (Área de Educação) notifica que fica(m) caracterizada(s) a(s) desistência(s) do(s) convocado(s) abaixo relacionado(s), por iniciativa própria:

Classificação

Jacqueline Carvalho

Piracicaba, 21 de janeiro de 2015.

Luiz Antonio Balaminut Secretario Municipal de Administração

#### NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba NOTIFICA que, para o Concurso Público do Edital nº 01/2014, no emprego de Professor de Educação Infantil, em regime CLT, fica(m) caracterizada(s) a(s) desistência(s) por não ter manifestado interesse até a presente data, conforme segue:

Classificação

Nome Marcela da Silva Bueno 133° 134° Lincon de Carvalho Junior

Piracicaba, 19 de janeiro de 2015.

Luiz Antonio Balaminut Secretário Municipal de Administração

## NOTIFICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração notifica que, tendo em vista a convocação do(s) candidatos(as), abaixo relacionado(s) aprovados(as) em Processo Seletivo, por prazo determinado, a comparecer(em) nos dia 11 de dezembro de 2014 as 14:00 horas, após várias tentativas sem sucesso de localização no endereço por ele(a) informado na ficha de inscrição, bem como o fato do(a) mesmo(a), inviabilizado pela não atualização do endereço, fica caracterizado(a) DESISTENTE da referida vaga

Edital nº 01/2013 333°

Cargo/emprego: Professor Substituto de Educação Infantil Monique Gabriela Minelli Jantim

Paola Capeletti

Piracicaba 19 de janeiro de 2015.

Luiz Antonio Balaminut Secretário Municipal de Administração

## NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba NOTIFICA que, para o processo seletivo por prazo determinado, do Edital nº 01/2013, no emprego de Professor Substituto de Educação Infantil, fica(m) caracterizada(s) a(s) desistência(s) por não ter manifestado interesse até a presente data, conforme segue:

Classificação 3309

Nanci Aparecida de Souza Papetti

Piracicaba, 19 de janeiro de 2015.

Luiz Antonio Balaminut Secretário Municipal de Administração

## NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba para dar prosseguimento ao Concurso Público e preenchimento de vagas do Edital nº 01/2014, no emprego de Professor de Educação Infantil, em Regime CLT, notifica que fica(m) caracterizada(s) a(s) desistência(s) do(s) convocado(s) abaixo relacionado(s). por iniciativa própria:

Classificação 42°RN

Noemi Felipe Santiago Anacleto

Piracicaba, 19 de janeiro de 2015.

Luiz Antonio Balaminut Secretário Municipal de Administração



## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### RESOLUÇÃO nº 01/2015

A Secretária Municipal de Educação, à vista do que lhe representaram as Coordenadorias da Educação Infantil, dos Primeiros Anos do Ensino Fundamental Regular e Complementar, da Educação de Jovens e Adultos, do Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação Especial e,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de se assegurar em todas as unidades escolares municipais, o cumprimento dos mínimos estabelecidos de dias de efetivo trabalho escolar e de carga horária anual, ambos, exigências da Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1.996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional; CONSIDERANDO a necessidade de instrumento que unifique, preveja e contemple as atividades que permearão à eficácia e à eficiência na gestão escolar municipal; CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 5.684, de 5 de janeiro de 2006, artigo 38 e 41.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Que as escolas da rede pública, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, deverão elaborar o Calendário Escolar para o ano de 2015, tendo como parâmetro:

- I. Início do ano letivo: 02/02/2015;
- II. Término do ano letivo: 17/12/2015;
- III. Início de efetivo trabalho escolar: 21/01/2015;
- IV. Término de efetivo trabalho escolar:18/12/2015
- V. Início do recesso escolar: aluno 02/07/2015; professor 03/07/2015;

VI. Término do recesso escolar: aluno 21/07/2015; professor 17/07/2015; a)A exceção ocorrerá na educação infantil que não terá interrupção no período letivo. As atividades para as crianças serão regulares e os professores se organizarão em forma de rodízio, gozando esses dias em conformidade com cronograma estabelecido pela escola de origem.

VII. O planejamento pedagógico anual deverá ocorrer nos dias 28, 29 e 30 de janeiro para todos os níveis de ensino:

a) O replanejamento pedagógico deverá ocorrer nos dias 20 e 21 de julho, exceto para a educação de jovens e adultos que têm seu funcionamento semestral. VIII. A formação continuada para o quadro do magistério deverá ocorrer nos dias 21, 22, 23, 26 e 27 de janeiro na secretaria municipal de educação e em cada unidade escolar, sob a responsabilidade do diretor e do professor coordenador; IX. A paralisação escolar programada para os dias 20/04, 05/06 e 07/12, deverá ser reposta aos sábados ou feriados, com programação que fará parte do projeto político pedagógico de cada escola, para compor os mínimos obrigatórios de dias letivos previstos:

X. As reuniões pedagógicas com os pais ou responsáveis, num total de quatro, deverão ocorrer ao final de cada bimestre, paralelamente ao período escolar, em horário que atinja maior participação das famílias, considerandose dia letivo para todos os fins, exceto para a educação de jovens e adultos, considerando as características do alunado;

XI. As reuniões pedagógicas com a equipe escolar, num total de quatro, deverão ocorrer duas por semestre, na seguinte conformidade:

a) Duas dessas reuniões, uma por semestre, deverão ocorrer em dia e horário que melhor atendam as necessidades da escola sem prejuízo ao período escolar, utilizando-se para realização desses momentos, as horas destinadas ao horário de trabalho pedagógico coletivo – htpc, com duração de três horas cada; b) Outras duas, uma por semestre, deverão ocorrer, em dias que não sejam considerados dia de efetivo trabalho escolar, a serem definidos pela escola, independente da sugestão dada no calendário oficial para o ano de 2015. XII. As reuniões do conselho de escola deverão ocorrer no mínimo quatro vezes ao ano, de acordo com a realidade e a necessidade de cada unidade escolar; XIII. As reuniões com o quadro dos docentes "alfabetizadores", responsáveis pelas classes do 1º, 2º e 3º anos, serão direcionadas durante o decorrer do ano, de acordo com proposta da secretaria da educação, ficando estabelecido que no dia 18 de fevereiro/15, período da tarde, na escola de origem, estarão convocados para análise, reflexão e direcionamento dos trabalhos pertinentes a esse segmento.

Art. 2º - As escolas municipais deverão organizar seu calendário de forma a garantir os 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar e carga horária anual prevista para os diferentes níveis e modalidades de ensino, respeitadas a proporcionalidade e a respectiva correspondência, quando adotada a organização semestral, no caso da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 3º - Considera-se como dia de efetivo trabalho escolar, toda atividade incluída na proposta pedagógica, programada com frequência de alunos, com orientação e participação dos professores, e desenvolvida como atividade regular de aula e ou como outra programação que assegure a aprendizagem dos alunos. § 1º - os dias de efetivo trabalho escolar programados, que deixarem de ocorrer por qualquer motivo deverão ser repostos, devendo o planejamento dessa reposição ter a anuência da supervisão da escola.

Art. 4º - O horário de funcionamento das escolas municipais estará atrelado a especificidade de cada nível de ensino, respeitando-se:

§ 1º - Educação Infantil – período integral (das 7h às 16h, com tolerância até 17h30); período parcial manhã (das 7h30 às 11h30, com tolerância até 12h); período parcial tarde (das 12h30 às 16h30, com tolerância até 17h30).

§ 2º - Ensino Fundamental Regular – período da manhã (das 7h às 12h); período da tarde (das 12h:30 às 17h:30).

§ 3º - Ensino Fundamental Complementar – período da manhã (das 7h às 11h05); período da tarde (12h30 às 16h35).

§ 4º - Éducação de Jovens e Adultos – para as classes oriundas de parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil considerar o horário das 17h às 20h e, para as demais classes das 19h às 22h.

Art. 5º - As atividades de cunho pedagógico, inerentes ao exercício da função docente, realizadas em dias fora da jornada escolar dos alunos, integram o campo de trabalho do professor, conforme inciso V do artigo 13, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, ainda que não sejam Consideradas como dias de efetivo trabalho escolar:

Participar e elaborar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
 Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino:

III. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional:

 IV. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade;

V. Zelar pela aprendizagem dos alunos;

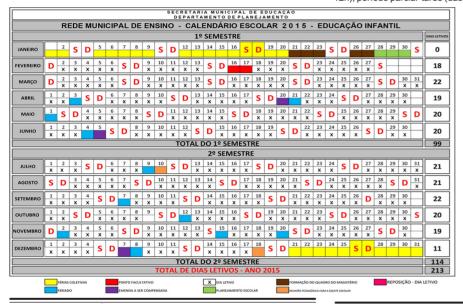
VI. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

Art. 6° - O calendário escolar deverá ser elaborado por toda equipe escolar, com anuência do Conselho de Escola, observadas a legislação vigente, de modo a assegurar compatibilização com o projeto pedagógico da escola. Após homologação final do supervisor da escola, deverá ser reproduzido em duas vias originais e encaminhado até 06/03/2015, via Protocolo Central da SME, para o supervisor da escola e para o Departamento de Planejamento da Secretaria da Educação.

Parágrafo único: Toda escola deverá manter cópia do calendário escolar homologado, afixado em local visível, permitindo a comunidade e interessados informações de imediato.

Art. 7º - Nenhuma alteração poderá ocorrer no Calendário Escolar após homologação, sem antes passar pela análise e aprovação do supervisor da escola. Se deferida a solicitação, atentar para as orientações do artigo anterior.

Piracicaba, 21 de janeiro de 2015.



## 

## COMISSÃO PERMANENTE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

## COMUNICADO

## CONCORRÊNCIA Nº 22/14

Execução de obras de complementação no Hospital Público Regional, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos.

A Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações comunica que após a análise das propostas apresentadas ao referido certame licitatório e tendo em vista os preços estarem compatíveis com os praticados no mercado, tendo como participantes as empresas: CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA CONCIVI LTDA, SIMÉTRICA ENGENHARIA LTDA e JHD CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, DELIBEROU por CLASSIFICAR as propostas apresentadas na seguinte ordem: 1ª) JHD CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - R\$ 16.123.839,69, 2ª) SIMÉTRICA ENGENHARIA LTDA – R\$ 16.706.579,09 e 3ª) CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA CONCIVI LTDA – R\$ 16.745.779,43. Sendo assim, DELIBERA esta Comissão por APROVAR, por propor menor preço, a licitante JHD CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Publique-se e aguarde-se o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Piracicaba, 22 de janeiro de 2015.

Renato Alves de Oliveira Presidente

## SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

QUARTO TERMO ADITIVO TERMO ADITIVO N.º 001/2015 - CONTRATO N.º 15/2011 PREGÃO N.º 173/2010 - PROCESSO N.º 2441/2010

O SEMAE torna público que nos autos do processo em epígrafe firmou termo aditivo cuias condições, em resumo, são:

aditivo cujas condições, em resumo, são: Contratada: EVELYN CIARLO METALIZAÇÃO – ME.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais doze (12) meses, com aplicação de reajuste no percentual de 6,62% (seis inteiros e

sessenta e dois centésimos por cento). Prazo final: 06 de janeiro de 2016.

Valor do presente termol: R\$ 55.449,52 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

Valor total do Contrato: R\$ 246.728,37 (duzentos e quarenta e seis mil,

setecentos e vinte e oito reais e trinta e sete centavos).

Dotação n.º 60 – Programa de Trabalho n.º 323190.1751200232.424 - Código Orçamentário n.º 33903900, do exercício de 2015.

Empenho n.º 39/2015 - R\$ 55.449,52 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos

e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Fundamento Legal: art. 55, inc. III, e inciso II, do artigo 57, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

Federal n.º 8.666/93. Assinatura: 05/01/2015.

A Comissão de Cadastramento, constituída através do Ato n.º 997 de 05/12/2014 do Sr. Presidente do SEMAE, torna público para conhecimento dos interessados que o pedido de cadastramento da(s) empresa(s) abaixo foram indeferidos.

Protocolo	Processo	Requerente
7841	5970/2014	Itaú Seguros de Auto e residência
7849	5974/2014	Global Ambiente Consultoria Ambiental Ltda.

Piracicaba, 22 de janeiro de 2015. A Comissão de Cadastramento

## COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE E DE SINDICÂNCIA

## Republicado por incorreção:

FRANCISCO APARECIDO RAHAL FARHAT, Presidente da Comissão Permanente e Processante e de Sindicância, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Portaria nº 3.658/2013, alterada pelas de nº 3.706/2014 e nº 3.719/2014, faz saber a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que o DD. Procurador Geral do Município determinou a instauração de Sindicância visando apurar irregularidades e responsabilidades em acidente de trânsito com veículo oficial, placas CXR 5872, conforme Boletim de Ocorrência nº 6.768/2014 - PM, objeto do processo com protocolo nº 148.670/2014, em cumprimento ao princípio da publicidade.

Piracicaba, 10 de setembro de 2014.

FRANCISCO AP. RAHAL FARHAT Presidente da Comissão

## PROCON

Fica o estabelecimento, abaixo relacionado, INTIMADO da DECISÃO DE-FINITIVA constante no Processo Administrativo gerado pela fiscalização do SERVIÇO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON.

Auto /	do	Estabelecimento -	cia da Autua-	Impug-	R e -	Decisão
Advertência	Processo	CNPJ	ção	nação	curso	Definitiva
Auto de No- tificação nº 048 série A1	2014 - 136351	Banco Bradesco S.A 60.746.948/4140-06	02/12/2014	Sim	Não	

Mauro Rontani Procurador Geral do Município





# ASSOCIAÇÃO FORMAR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E APRENDIZAGEM PROFISSIONAL CNPJ/CPF: 44.807.980/0001-04

End: RUA GONÇALVES DIAS 721 -- PIRACICAMIRIM - CEP: 13420-575 - Município: PIRACICABA/SP

www.institutofo	ormar.org.br				
Período: Janeiro a Dezembro de 2014					
BALANÇO PATRIMONIAL (Valores em Reais)					
	2014	2013			
ATIVO	1.060.680,37	888.275,74			
ATIVO CIRCULANTE	600.635,76	505.448,85			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	191.000,55	112.947,98			
DUPLICATAS A RECEBER	356.430,97	335.384,11			
TRIBUTOS A RECUPERAR	5.403,42	8.776,74			
CRÉDITOS A RECEBER	43.829,91	44.629,48			
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	3.970,91	3.710,54			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	460.044,61	382.826,89			
INVESTIMENTOS	19.757,94	19.738,12			
IMOBILIZADO	833.299,82	688.355,74			
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-393.013,15	-325.266,97			
PASSIVO	1.060.680,37	888.275,74			
PASSIVO CIRCULANTE	408.663.83	400.071,39			
DUPLICATAS A PAGAR	35.086,76	40.019,20			
OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS	295.428,53	271.601,63			
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.955,91	4.356,18			
OUTRAS EXIGIBILIDADES	76.192,63	84.094,38			
PATRIMÔNIO SOCIAL	652.016,54	488.204,35			
SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	694.477,68	530.665,49			
DEFICIT ACUMULADO ANO BASE	-42.461,14	-42.461,14			

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (Valores em F	/DÉFICIT DO EXERCIC	cio
(Valores em 1	2014	2013
RECEITA BRUTA AREA SOCIAL	5.672.682,73	4.864.510,09
PROGRAMA DE APRENDIZAGEM	5.520.518,58	4.770.412,26
DOAÇÕES RECEBIDAS	102.091,59	21.553,92
CAMPANHAS FINANCEIRAS	50.072,56	72.543,91
RECEITA LIQUIDA AREA SOCIAL	5.672.682,73	4.864.510,09
RECEITA LIQUIDA AREA SOCIAL	5.672.682,73	4.864.510,09
CUSTOS AREA SOCIAL	-3.509.049,02	-2.977.079,41
PROGRAMA DE APRENDIZAGEM	-3.509.049,02	-2.977.079,41
SUPERAVIT BRUTO OPERACIONAL	2.163.633,71	1.887.430,68
AREA SOCIAL	2.163.633,71	1.887.430,68
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-1.934.526,64	-1.866.763,60
DESPESAS AREA SOCIAL	-331255	-334134,72
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-1.507.229,71	-1.434.388,60
DESPESAS OPERACIONAIS	-48.737,78	-43.786,81
DESPESAS TRIBUTARIAS	-4.643,19	-4.093,43
DESPESAS FINANCEIRAS	-47.617,18	-54.994,45
RECEITAS OPERACIONAIS	4.956,22	4.634,41
PROVISOES DE BALANCO	-67.746,18	-68.521,73
DEPRECIAÇÃO	-67.746,18	-68.521,73
OPERACIONAL	161.360,89	-47.854,65
DESPESAS/RECEITAS NAO OPERACIONAIS	1.036,76	5.393,51
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	0	-172,15
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	1.036,76	5.565,66
RESULTADO OPERACIONAL	162.397,65	-42.461,14
SUPERÁVITS/DÉFICITS DO EXERCÍCIO	162.397,65	-42.461,14

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Valores em Reais)						
	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/ Déficit	Total do Patrimônio Líquido	
Saldos iniciais em 31.12.2013		190		488.204,35	488.204,35	
Superávit/Déficit do Período		12	19	162.397,65	162.397,65	
Ajustes de Avaliação Patrimonial		120	194			
Ajustes de Exercícios Anteriores		100	141	1.414,54	1.414,54	
Saldos finais em 31.12.2014				652.016,54	652.016,54	
*As notas expl	licativas são part	e integrante	das demonstraçõ	ões contábeis		

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Fluxo de Caixa das Atividades Op Superávit (Déficit) do Período 162.397,65 Ajustes por: (+/-) Ajustes de Exercicios Anteriores 1.414,54

Superávit(Déficit) Ajustado	231.558,37
Aumento(Diminuição) nos Ativos Circulantes	-17.134,34
Mensalidades de Terceiros	-21.046,86
Adiantamentos a Fornecedores	252,00
Tributos a Recuperar	3.373,32
Despesas Antecipadas	-260,37
Outros Valores a Receber	547,57
Aumento(Diminuição) nos Passivos Circulantes Fornecedores de bens e serviços Obrigações com Empregados Obrigações Tributárias Outras Obrigações a Pagar	<b>8.592,44</b> -4.932,44 23.826,90 -2.400,27 -7.901,75
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	-8.541,90
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	112.947,98
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-19,82
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	-144.944,08
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-144.963,90
Recebimentos de Empréstimos	
Outros Recebimentos por Financiamentos	
Pagamentos de Empréstimos	
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00

(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa 78.052,57 \*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período

Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período

I) CONTEXTO OPERACIONAL

a 1ação Formar de Assistência Social e Aprendizagem Profissional é uma pessoa jurídica de direito privado sem ativos, fundada em 21 de abril de 1966, tem como seus objetivos:

I — promover assistência social, por meio da integração ao mundo do trabalho, para adolescentes e emididade de Piracicaba em situação de vulnerabilidade social e dificuldade de acesso a bens e serviços, temente de contraprestação do usuário;

II — contribuir para o desenvolvimento cultural e pedagógico dos adolescentes a partir dos 12 (doze) anos de idade, nos termos do art. 7º, XXXIII da CF, bem como técnico-profissional dos adolescentes aprendizes maiores de 14 (quatorze) anos e jovens aprendizes menores de 24 (vinte e quatro) anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097/2000 e do Decreto nº 5.598/2005, inscritos nos programas da Associação, viabilizando a promoção do protagonismo, a participação cidadã, a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas;

construção de estratégias coletivas;

III — envidar esforços para a garantia da acessibilidade e tecnologias assistidas para a pessoa com deficiência ou com mobilitade reduzida, de acordo com sua capacidade laboral, sendo-lhe assegurada assistência e acompanhamentos especiais, conforme com a demanda por vagas;

IV — contribuir com a formação político-cidadă, desenvolvendo e/ou resgatando e/ou fortalecendo o protagonismo por meio da reflexão critica permanente como condição de crescimento pessoal e construção da autonomia para o convivir social, embasada nos princípios da ética, da dignidade e da liberdade;

V — apolar a criação e manutenção de bases de dados nas áreas de assistência social, educacional e profissionalizante;

profissionalizants;

VI – promover, com foco no fortalecimento de vínculos familiares, palestras, seminários, simpósios ou atividades de integração social sobre o mundo do trabalho ou sobre qualquer outro tema que contribua com a melhoria na qualidade de vida da população atendida, sobretudo no que diz respeito à prevenção de doenças, à sexualidade, ao uso de drogas e ao convívio familiar.

#### II) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 02

NOTA 02

Ne elaboração das demonstrações financeiras de 2014, a entidade adotou a Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/09 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG ) que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Peliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVPI) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução nº 1.409 de 2012 que aprovou a NBC TIG 2002, e revoga as Resoluções CFC nºs. 837, 838, 852, 877, 926 e 966, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimonials e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade lucros.

#### III) FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (NBC ITG 2000):

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao espectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falsa, em elementos que comprovem ou evidenciem refatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluido as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

IV) DOCUMENTAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (NBC TG 2.2):

A documentação contábil da entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

V) DIRETRIZES CONTÁBEIS:

NOTA 05

nceiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, confo acordo com sua composição;

1 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: Bancos C/Movimento	109.577,98	70.177,81
Aplicações Financeiras	54.603.37	10.066,28

2 – DUPLICATAS A RECEBER: Refere-se ao montante de R\$ 356.430,97 a receber dos contratantes de prestação de serviços para as praticas de aprendizagem, sendo estes, mantidos por Convênios assinados por ambas as partes interessadas. 2 - DUPLICATAS A RECEBER:

3 - TRIBUTUS A RECUPERAR:		
	2014	2013
ISS a Recuperar	331,31	331,31
INSS a Recuperar	2.226,42	2.226,41
PER COMP a Realizar	2.545,69	6.219,02
Contribuições a Recuperar	300,00	-
4 - CREDITOS A RECEBER:	2014	2013
Adiantamento de Fornecedores		252,00
Adiantamento a Funcionários	-	115,00
Adiantamento de Férias	37.539,91	37.972,48
Depósito Judicial - FGTS	6.290,00	6.290,00

O valor referente a Deposito Judicial refere-se ao em andamento do Processo Judicial nº. 900-22.2011.5.15.0012. 5 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE: Corresponde aos valores de seguros contratados no exercício de 2014,

APÓLICE	VALOR	VIGENCIA
118.68.20.196-7	R\$ 798,38	11/07/2014 A 11/07/2015
6592	R\$ 1.384,30	20/08/2014 A 20/08/2015
16334	R\$ 1.865.58	10/09/2014 A 10/09/2015
01.0118.000088868	R\$ 1.247,77	09/10/2014 A 09/10/2015

6 - INVESTIMENTO

	2014	2013
Títulos de Capitalização	19.757,94	19.738,12
Valor referente à capitalização a titulo de investimento para futuras entidade.	despesas com o	prédio do restaurante da

2014	2013
139.122,69	133.230,75
223.334.46	189.813,40
81.444,80 73.654,67	81.844,80 72.974,67
315.343,20	210.492,12
	139.122,69 223.334.46 81.444,80 73.654,67

O valor do ativo permanente se encontra registrado pelo seu valor de custo, visto que, não fora procedido correções

DUPLICATAS A PAGAR: O montante de R\$ 35.086.76, corresponde ao valor a pagar aos prestadores de serviço fornecedores de bens e materiais de uso e consumo.

9 - OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

	2014	2013
Salários a Pagar	238.014,23	209.562,00
Rescisões a Pagar		1.067,08
13º Salário a Pagar		8.039,52
INSS a Pagar	28.932,17	21.804,11
FGTS a Pagar	9.829.58	12.019,76
PIS S/Folha de Pagamento	5.835.87	2.930,85
IRRF S/Folha a Pagar	6.233,49	6.395,40
Contribuição Assistencial	6.185,44	5.492,05
Contribuição Confederativa		3.220,54
Contribuição Sindical	397,75	1.070,32
10 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:		
	2014	2013
INSS a Recolher S/Serviços	1.045,80	1.537,84
ISS a Recolher S/ Serviços	392,06	373,99
IRRF a Recolher S/ Serviços	60,11	185,76
PIS/COFINS/CSLL S/Serviços		61,13
IRRF S/Aluguel	457,94	2.197,46
11 - OUTRAS EXIGIBILIDADES:		
	2014	2013
Adiantamento de Clientes	4.683,82	-
Seguros a Pagar	3.156,78	1.912,03
Cheques a Pagar	22.731,30	9.189,50
Processo Divida Ativa – CLT	45.620,73	72.992,85

O valor referente a Divida Ativa refere-se ao Processo nº 46259003375/2001-90 - CLT

112.947.98

V) APRESENTAÇÃO DAS GRATUIDADES

NOTA 08 ATIVIDADES FILANTRÓPICAS - GRATUIDADES CONCEDIDAS - ASSISTÊNCIA SOCIAL: As atividades desenvolvidas pela Entidade com os adolescentes assistidos por ela são de natureza não onerosa, portando concede a gratuidade total.

NOTA 09

ISENÇÃO DA IMUNIDADE DE RECOLHIMENTO DA COTA PATRONAL E COFINS: O valor relativo à isenção, como se rcício findo em 31 de Dezembro de 2014 foi de

COTA PATRONAL R\$ 1.406.833,57

Os valores acima citados são contabilizados em contas de compensação exclusivamente, seguindo a alíquota de 3%

INUNIDADE TRIBUTÁRIA: Associação Formar de Assistência Social e Aprendizagem Profissional é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Înciso VI, alínea°C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA II CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE: Associação Formar de Assistência Social e Aprendizagem Profissional é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: a Instituição é regida pela Constituição Federal; a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); não há o direito rno) de instituir, nem cobrar tributo

EJETEC CONTABILIDADE EMPRESARIAL LTDA Eduardo José Rodrigues Contador CRC: 1SP223269/O-5 CPF: 281.713.998-43

ASSOCIAÇÃO FORMAR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E APRENDIZAGEM PROFISSIONAL Paulo Sérgio Spolidóro Presidente em Exercico CPF: 539,812,948-15

ados membros do Conselho Fiscal da Associação Formar de Assistência Social e Aprendizagen cumprimento de suas obrigações legais estatutárias, procederam ao exame das Demonstraçõe nte ao Exercicio de 2014, após os exames julgados necessários, dão o parecer de aprovação do:

Piracicaba, 31 de dezembro de 2014.

## **EMDHAP**

### COMISSÃO PERMANENTE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS APRESENTADAS AO CONVITE Nº 001/15, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/15, REFERENTE À LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA OBRAS DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS DE INTERESSE SOCIAL SANTA FÉ E SANTANA, PELO TIPO MENOR PREÇO

Aos 21 dias do mês de janeiro de 2015, às 10h15min na sede da EMDHAP. sito a Avenida Cristóvão Colombo nº 1.900, Bairro Algodoal, Piracicaba, reuniu-se a Comissão Permanente de Abertura e julgamento de Licitações, nomeada pelo Ato nº 002/14, publicado no D. O. M. de 30/10/14, por seus membros que esta assinam presente as seguintes firmas licitantes: 1-) Bonaterra Locação de Máquinas e Comércio de Materiais de Construção Eireli - EPP, que não se fez representar, 2-) Cominpa Comércio, Mineração e Pavimentação Eireli, que não se fez representar, 3-) Pontuali Construtora e Engenharia Ltda, que não se fez representar. A Comissão analisou todos os documentos, sendo que todas as empresas foram habilitadas para a abertura do "Envelope 02 – Proposta", tendo em vista que todos os representantes abriram mão da interposição de recursos quanto à fase de habilitação, via declaração. A seguir foram abertos os envelopes 02 - Proposta, das empresas abaixo relacionadas, que apresentaram os seguintes preços:

Período	Bonaterra Loc. Máq.e Com. Mat. Constr. Eireli		Pontuali Construtora e Engenharia Ltda
120 dias	87.000.00	95.550.00	78.200.00

A seguir a Comissão deu como vencedora a empresa Pontuali Construtora e Engenharia Ltda por apresentar a melhor proposta de preço global, uma vez que está dentro do preço praticado no mercado, sendo que este comunicado será feito através de publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba, cuja data da publicação será tomada como base para recurso administrativo, sendo que decorrido o prazo, o resultado será encaminhado ao Diretor Presidente da EMDHAP, que homologará e adjudicará a quem de direito for. Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos. Do que eu,

Jacó da Silveira Nunes, Presidente da Comissão de Licitação lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos.

Comissão de Licitação:

Membro Geraldo José Carboni

Membro Cícero Ferreira da Silva



## Administração

Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito João Chaddad - Vice-prefeito

Jornalista responsável João Jacinto de Souza - MTB 21.054

## Diagramação

Centro de Informática Rua Antonio Correa Barbosa, 2233 Fone: (19) 3403-1031 E-mail: diariooficial@piracicaba.sp.gov.br

## Impressão

Gráfica Municipal de Piracicaba Rua Prudente de Moraes, 930 Fones/Fax: (19) 3422-7103 e 3433-0194

Tiragem: 270 unidades

Diário Oficial OnLine: www.piracicaba.sp.gov.br